

Estratégias corporativas sociais, globalização e estudos internacionais

Alexandre Faria

Professor Adjunto, EBAPE-FGV. E-mail: afaria@fgv.br

Takeyoshi Imasato

Professor Adjunto, PPGA/EA/UFRGS

Ana Lucia Guedes

Professora Adjunta, UNIGRANRIO

Introdução

Estratégias corporativas sociais (ECS) tem alcançado uma grande relevância para grandes corporações nas últimas décadas. Aplicadas especialmente em países em desenvolvimento e economias emergentes, as ECS alcançaram um extraordinário nível de importância devido às seguidas crises da globalização neoliberal. Especialmente após os escândalos corporativos no início dos anos 2000, grandes corporações passaram a desenvolver estratégias que promovem a inclusão um amplo leque de *stakeholders* que não se restringem mais somente aos interesses de acionistas e do bem privado, passando a assumir responsabilidade pela produção de bens públicos em escala global (BARLEY, 2007). Correspondentemente, diferentes autores e instituições dos EUA e também na Europa abraçaram temas que eram considerados “estranhos” à gestão estratégica, tais como filantropia (PORTER; KRAMER, 2002), transformação de pobres em consumidores (PRAHALAD; LIEBERTHAL, 1998) e responsabilidade social (PORTER; KRAMER, 2011).

As ECS se baseiam na incorporação ampliada de objetivos sociais que tanto desafiam quanto fortalecem a lógica dominante da área de gestão estratégica (GE) com o propósito anunciado de fomentar bem-estar em escala global. Alguns autores admitem que a proliferação de ECS está relacionada ao excessivo poder das corporações, aos escândalos corporativos recentes (tais como os protagonizados pela Enron e WorldCom), à cumplicidade de instituições de educação e pesquisa em gestão nessas crises (COSTA; WOOD JR., 2012; BENNIS; O'TOOLE, 2005; WHITTINGTON et al., 2003) e ao propósito de reconstruir a legitimidade das corporações e da área de gestão (SCHERER; PALAZZO, 2011). Porém, é correto afirmar que esse quadro também está relacionado às seguidas crises geradas pelo capitalismo neoliberal (STIGLITZ, 2010; HARVEY, 2010) e ao caráter (neo)colonialista da globalização neoliberal (SANTOS, 2006) e da área de Gestão (MURPHY; ZHU, 2012; BANERJEE, 2008). Essas ECS vêm sendo desenvolvidas em diversos locais do “resto do mundo” segundo uma lógica de pluralismo que se alinha a mecanismos neoliberais de inclusão excludente (e.g., AULAKH; KOTABE, 2008; PORTER; KRAMER, 2011; REIMANN et al., 2012; ROSA, 2012).

As ECS têm promovido uma aproximação de grandes corporações tanto a organizações internacionais, tais como o Banco Mundial e as Nações Unidas, quanto servindo de meio de interação com diversas regiões e países do resto do mundo. No contexto da globalização neoliberal, essa aproximação está vinculada tanto a uma retomada do desenvolvimento internacional promovida por grandes corporações, ao invés de governos, como a processos de engajamento e cooptação em diferentes países e regiões (KOTHARI, 2005).

No presente trabalho argumentamos que as ECS reproduzem uma teorização de globalização problemática, causada em grande parte pela ausência de diálogo entre o

campo da gestão e o amplo campo de estudos internacionais. Neste artigo promovemos um diálogo com a área de Estudos Internacionais. Essa vasta área contempla não apenas análises de relações internacionais, mas também de questões políticas, econômicas, sociais, ambientais, geográficas, epistêmicas etc. que se estendem através de fronteiras nacionais. O campo de estudos internacionais é inerentemente interdisciplinar, composto por um poderoso espectro de disciplinas, tais como antropologia, direito, história, geografia, economia, ciência política, sociologia, desenvolvimento, direitos humanos, religião, ciência e tecnologia, etc. (GUEDES; FARIA, 2010). As ECS vêm sendo aplicadas em diversos locais do “resto do mundo” (sob o ponto de vista euro-americano) segundo uma teorização de globalização dominante que torna invisíveis mecanismos neoliberais de inclusão excludente (e.g., PORTER; KRAMER, 2011; REIMANN et al., 2012). Apesar de não haver uma definição universalmente aceita de o que é globalização, a área reproduz o fundamentalismo de mercado e privilegia a manutenção de uma ordem unilateral que restringe o desenvolvimento e difusão de alternativas estratégicas em e a partir do resto do mundo (BLOCK, 2011).

Argumentamos que a literatura de GE vem reproduzindo a teoria globalista, que se baseia no argumento de que há evidências concretas de transformações estruturais reais no âmbito da sociedade e das organizações, protagonizadas principalmente pela expansão das grandes corporações e do mercado de capitais, pela difusão da cultura popular, e pelas crescentes preocupações com pobreza e degradação ambiental do planeta (HELD; MCGREW, 2000). Para fundamentar esse argumento, inicialmente, o artigo promove uma análise da fundamentação epistemológica de GE, baseado em um pluralismo economicista que favorece a teoria globalista. Em seguida explicamos por que essa teorização de globalização tornou-se a única teoria de globalização na área de gestão estratégica. Esse monopólio ajudou a marginalizar outras teorizações sobre globalização e, por conseguinte, as dimensões (geo)políticas e as assimetrias de poder político-econômico entre diferentes países e regiões. Na terceira seção, com base no exemplo da atuação da Unilever em um município no Brasil, ilustramos como as ECS reproduzem a uma teorização de globalização, argumentando que esse tipo de estratégia fomenta a inclusão neoliberal em termos territoriais e geo-epistêmicos no resto do mundo. No final, os autores revisam as principais contribuições do artigo e ressaltam a necessidade de construção de outro tipo de pluralidade no âmbito da área de estratégia.

1. Gestão estratégica e a constituição de um pluralismo economicista

A partir do início do final dos anos 1970, em sintonia com os primeiros passos do processo de substituição do keynesianismo pelo neoliberalismo no ocidente (HARVEY, 2007), a área de GE promoveu uma multiplicação de abordagens ou escolas de pensamento. Diferentes bagagens vindas da área de Economia foram incorporadas por pesquisadores e instituições acadêmicas, tais como organização industrial, teoria dos jogos, economia de custos de transação, entre outras (SETH e THOMAS, 1994). Segundo a literatura europeia a área de GE passou a protagonizar disputas entre defensores de escolas específicas (SCHERER, 1998; HAMBRICK, 2004; VOLBERDA, 2004). Esse processo de pluralização foi protagonizado, assim como as disputas acadêmicas subsequentes, com o objetivo de construir uma feição “verdadeiramente científica” para a área.

Por um lado, esse pluralismo ajudou a promover a disseminação dos conhecimentos informados pelo economicismo neoliberal sob uma perspectiva de universalidade científica; por outro lado, esse processo ajudou a afastar pesquisadores da realidade. Segundo críticas produzidas na Europa, o pluralismo economicista explica a irrelevância de GE para praticantes de grandes corporações (HAMBRICK, 2004;

PETTIGREW et al., 2002; VAARA; DURAND, 2012). Por sua vez, essa crise de relevância está relacionada às crises da globalização neoliberal e também à cumplicidade de instituições de pesquisa e educação e gestão nesses processos (COSTA; WOOD JR., 2012; GHOSHAL, 2005; JACK et al., 2012).

Ao permitir que o modelo de pesquisa científica afaste todos os demais, escolas de gestão estão institucionalizando a sua própria irrelevância. Receamos que esse seja um problema difícil de corrigir, pois falta a muitos acadêmicos de gestão a confiança na legitimidade de seu trabalho para definir a própria pauta. (BENNIS; O'TOOLE, 2005, p. 66)

O pluralismo em GE nos EUA se inspirou no (ou se apropriou do) processo de pluralização promovido pela área de Estudos Organizacionais (EOs) a partir do final dos anos 1970 (JONES; MUNRO, 2005). A área de EOs, dominada até então pelo positivismo e funcionalismo, promoveu disputas que resultaram em um quadro de pluralismo que é questionável sob uma perspectiva do resto do mundo, mas bem mais amplo do que o processo em GE. Com base na obra seminal de Burrell e Morgan (1979), diversos acadêmicos avessos à abordagem dominante passaram a defender a coexistência de diferentes perspectivas em EOs para desafiar o universalismo imposto pela área de Teoria Organizacional nos EUA. As trajetórias do EGOS (*European Group for Organization Studies*) na Europa e do ENEO (Encontro Nacional de Estudos Organizacionais) no Brasil, por exemplo, ilustram o êxito obtido pela área neste processo de construção de pluralismo.

A área de EOs permitiu e legitimou outras formas de pesquisa e de teorização que até então eram negadas ou marginalizadas (MORGAN; SMIRCICH, 1980; DEETZ, 1996; JONES; MUNRO, 2005). Em grande parte devido ao domínio americano no âmbito da geopolítica do conhecimento, esse movimento de pluralidade em EOs foi duramente criticado nos EUA (PFEFFER, 1993). A despeito de haver limitações devido ao apego à concepção teórica de paradigmas, como por exemplo, a reificação dos paradigmas tidos como estáticos e incomensuráveis (DEETZ, 1996), ou a possibilidade de estigmatização de autores como sujeitos coerentes e fixos dentro de certas estruturas teóricas (JONES; MUNRO, 2005), esse movimento promoveu um quadro de pluralismo em EOs que alterou algumas estruturas e mecanismos de poder no campo da gestão no eixo EUA-Europa, ainda que por outro lado tenha ajudado a manter o resto do mundo em posição de subordinação.

Além de tais semelhanças, os processos de pluralismo em GE e EOs apresentam diferenças importantes. Primeiro, a pluralização em EOs ocorreu por meio da problematização não apenas da dimensão epistemológica, mas também da dimensão ontológica (BURRELL; MORGAN, 1979). A emergência da perspectiva crítica e da perspectiva pós-colonialista em EOs ilustra a magnitude da diferença. O pluralismo de GE ficou restrito ao âmbito epistemológico – ou seja, sobre como o conhecimento sobre o mundo pode ser alcançado – e ontologicamente circunscrito pelo imperialismo do economicismo no âmbito das ciências sociais (BUCKLEY; CASSON, 1993). A área de GE não conseguiu nem mesmo desafiar as abordagens dominantes de Economia (SETH; THOMAS, 1994) e continua privilegiando abordagens positivistas de investigação (WHITTINGTON, 2004). De acordo com o pluralismo economicista, não há questionamentos em GE sobre como o mundo é ou deveria ser (BURRELL; MORGAN, 1979).

O segundo aspecto diferenciador diz respeito à amplitude dos desenvolvimentos acadêmicos e dos constituintes envolvidos nas disputas correspondentes. Enquanto as disputas na área de EOs ocorreram predominantemente no âmbito acadêmico, as disputas em GE foram e continuam sendo fortemente influenciadas por atores poderosos

fora do âmbito acadêmico propriamente dito, tais como grandes corporações, grandes firmas de consultoria, organizações internacionais de desenvolvimento, grande mídia, entre outras (CLARK, 2004; GRANDY; MILLS, 2004; WHITTINGTON et al., 2003). A cientificação da área em paralelo à emergência do neoliberalismo e o desinteresse dos europeus pela área de GE até meados dos anos 1990 – quando a constituição da União Europeia promoveu o interesse dos europeus pela disputa da área de GE –, ajuda a explicar esse quadro de pluralismo restrito.

A partir de meados dos anos 1990, após a constituição da União Europeia para contrabalançar os super-poderes dos EUA no contexto pós-Guerra Fria, a literatura europeia com vinculação à área de EOs passou a acusar a área de GE de disseminar conhecimentos distantes da realidade dos praticantes e da sociedade (HAMBRICK, 2004; WHITTINGTON et al., 2003) mas manteve invisíveis questões geo-epistêmicas do conhecimento que são estratégicas o resto do mundo e para a democratização da área. Ao manter invisíveis questões de geopolítica, como a ascensão da guerra ao terror em direção a “comunidades estranhas” (ELSHTAIN, 2003), a literatura europeia reforça os processos de inclusão neoliberal (e.g., REIMANN et al., 2012; SCHERER e PALAZZO, 2011). Correspondentemente, para alguns estrategistas, lidar com essas comunidades estranhas se trata de um mal necessário, tal como na guerra ao terrorismo, que deveria impulsionar “uma nova era de cooperação público-privada em que companhias [reformam] suas relações com o governo. Todos os cidadãos dos EUA e organizações de negócios [têm] um papel a desempenhar nessa guerra” (SHEFFI, 2001, p. 2).

Por meio das ECS e de uma revolução pluralista fomentada por políticas neoliberais de inclusão – também chamada na área de gestão de “capitalismo inclusivo” (PRAHALAD; HART, 2002) – a área tem se expandindo com especial vigor na direção do resto do mundo para “resolver” questões de grande escala que são classificados como “problemas sociais” de forma unilateral e questionável. Nesse contexto, as estratégias sociais representam o fortalecimento da face neocolonialista da globalização neoliberal. A influência de outros atores e organizações não acadêmicas na produção e disseminação de conhecimento em GE tem sido ignorada ou, quando muito, analisada na literatura euro-americana sob uma perspectiva que não contempla as dimensões geopolíticas do conhecimento (ver BARLEY, 2007; CLARK, 2004; WHITTINGTON et al., 2003).

O pluralismo economicista mantém a invisibilidade das dimensões de geopolítica do conhecimento que permite que a área reforce assimetrias entre o mundo euro-americano e o resto do mundo. Escassas são as reflexões sobre como estas estratégias sociais estão relacionadas a processos assimétricos de ‘invasão de territórios’ que eram de governos, sociedade civil ou administração pública (e.g., FARIA; SAUERBRONN, 2008; BARLEY, 2007) e a processos neoliberais de cooptação e desmantelamento de organizações públicas e da sociedade civil.

2. Globalização e gestão estratégica

Estratégia e a área de GE estão mais vinculadas a questões de poder e (geo)política do que a questões econômicas propriamente ditas (CARTER et al., 2008; LEVY et al., 2003; BARRY e ELMES, 1997; KNIGHTS e MORGAN, 1991), mas o imperialismo economicista governa a área e seus discursos. Parte desse problema pode ser explicado pela separação entre os âmbitos econômico, político e sociocultural que foi estabelecida no século XIX pelas ciências sociais eurocêntricas (WALLERSTEIN, 2001) que tornou invisível o caráter (geo)político da área de Economia (LOCKE, 2012). Tendo em vista tais desses mecanismos geo-epistêmicos e eurocêntricos de

invisibilização, pesquisadores tendem a desconsiderar as condições (geo)políticas em que a área de GE foi construída e os processos de colonização de subjetividade que afetam não apenas os constituintes do mundo lá fora (KNIGHTS e MORGAN, 1991), mas especialmente a comunidade acadêmica.

A área de GE tem sido informada não apenas pelo imperialismo economicista ou por dimensões geo-epistêmicas que são mantidas invisíveis pela literatura. A área tem sido informada por uma teorização de globalização que reproduz o fundamentalismo de mercado e privilegia a manutenção da ordem ocidental e restringe o desenvolvimento e difusão de alternativas a partir do resto do mundo (BLOCK, 2011; DINIZ, 2001). Apesar de não haver uma definição universalmente aceita de o que é globalização, as teorizações construídas no mundo euro-americano são dominantes e têm sido protagonizadas por duas correntes principais (HELD; MCGREW, 2000). De um lado, os ‘globalistas’ descrevem a globalização como acontecimento histórico real e extremamente significativo; do outro lado, os ‘céticos’ a descrevem como construção ideológica de valor explicativo marginal. Para os últimos, a globalização não é um fenômeno novo, pois está intrinsecamente relacionado à trajetória do capitalismo e a ‘velhos’ conceitos tais como eurocentrismo, imperialismo, ou americanismo (PIETERSE, 2004). A teorização globalista argumenta que há evidências concretas de transformações estruturais reais no âmbito da sociedade e das organizações, protagonizadas principalmente pela expansão das grandes corporações e do mercado de capitais, pela difusão da cultura popular, e pelas crescentes preocupações com pobreza e degradação ambiental do planeta (HELD; MCGREW, 2000).ⁱ

A face invisível do economicismo e do eurocentrismo que fomentam a perspectiva globalista ajudam a explicar a não inclusão pela área de GE de subáreas do conhecimento vinculadas à política não somente nos EUA e Europa, mas também no “resto do mundo”. A área de GE, tal como passou a ser conhecida e mobilizada pela academia de gestão em escala global, tem origem nos EUA. Isso não quer dizer que não havia conhecimentos de estratégia antes de a área de GE ser construída nos EUA, produzidos por outras disciplinas e nos mais diferentes cantos do mundo. A partir dos anos 1960, a trajetória de institucionalização da área ganhou um impulso ao incorporar as descobertas feitas por Chandler (1962) acerca da importância dos altos executivos de grandes empresas para o desenvolvimento econômico dos EUA a partir do final do século XIX. A análise histórica de Chandler foi útil para excluir áreas do conhecimento vinculadas a geopolítica do núcleo acadêmico de GE nos EUA ao suprimir teorizações que relacionavam a posição hegemônica dos EUA a estratégias e políticas de imperialismo (O’CONNOR, 1991) - ou seja, o colonialismo sem territorialização liderado pelos EUA que marcou o pós-colonialismo (SLEMON, 1990).

A análise de Chandler construiu uma teorização economicista de corporação moderna que a representava como fomentadora de valor econômico para os EUA, e que reforçava a teorização da gestão baseada em autoridade legítima e na desvinculação do capital e do trabalho (SPECTOR, 2008). Naquela época teorizações desenvolvidas no resto do mundo – em especial a teoria da dependência – apontavam a grande corporação como fomentadora de subdesenvolvimento no Terceiro Mundo (FURTADO, 1978). Chandler argumentava que os altos executivos eram os responsáveis por decisões estratégicas, pela distribuição efetiva dos recursos disponíveis nas grandes empresas e pelo desempenho da economia nacional em geral, tornando invisível o papel dos estrategistas de Estado dos EUA – em particular no que diz respeito ao complexo industrial militar (PARMAR, 2012) – e dos questionamentos internos pela área de EOs quanto a processos de exclusão causados pela hegemonia da grande corporação (PERROW, 2002). Os gerentes das grandes corporações eram teorizados por Chandler

como a “mão visível” que coordena, avalia e planeja com os meios que lhes eram distribuídos, o crescimento dos EUA. Gerentes eram descritos como protagonistas do modelo de capitalismo gerencial, descrito unilateralmente no pós-Segunda Guerra por Chandler e instituições influentes dos EUA vinculadas a Bretton Woods, como superior a outros tipos de capitalismo (CHANDLER, 1977).

Um processo financiado nos EUA pelas Fundações Ford e Carnegie e liderado pela Harvard Business School (SPECTOR, 2008) resultou em um processo de colonização interna que transformou GE na disciplina mais importante dos cursos de *management* nas escolas de negócios nos EUA (STEINER; MINER, 1977). O principal objetivo atribuído à disciplina, à época, era suprir a carência de formação “estratégica” dos *managers* nas escolas de negócios nos EUA sob uma perspectiva economicista e universalista que mantinha invisível a dimensão geo-epistêmica civilizatória da disciplina (SPECTOR, 2008). Até os anos 1970, GE passou então a assumir um enfoque predominantemente ‘interno’, focado no controle da dimensão laboral (KNIGHTS; MORGAN, 1991), em época marcada pela ascensão do marxismo na sociedade e nas ciências sociais e também por processos de exportação de instituições e conhecimentos de gestão pelos EUA para o Terceiro Mundo para supostamente evitar o avanço do comunismo. Curiosamente, esses processos de exportação ou americanização foram liderados principalmente pelas Fundações Ford e Carnegie (PARMAR, 2012). O planejamento, controle, e a coordenação das atividades dentro da grande empresa foram priorizados por grandes empresas de consultoria e instituições internacionais dedicadas à transferência e implantação de GE e da ordem mundial correspondente.

Sob uma perspectiva de estudos internacionais, esses processos geo-epistêmicos foram suportados pela ascensão de poderes militares do pós-Segunda Guerra no alto escalão das grandes corporações dos EUA e também por processos invisíveis’ de imposição de modelos militares nos próprios modelos de gestão (ver CLEGG et al., 2011), garantindo assim a súbita ascensão do modelo de planejamento estratégico nos EUA e no exterior (e.g., ANSOFF, 1965). A prioridade na institucionalização do capitalismo gerencial como “*the best way*” coincidia com a construção da liderança dos EUA em processos de colonização sem territorialização logo após os processos de descolonização na África e Ásia baseados na missão civilizatória de proteger o Terceiro Mundo do perigo comunista (MIGNOLO, 2000).

A partir do final dos anos 1970, a emergência do neoliberalismo foi acompanhada de novas questões estratégicas para os EUA, tais como as crises do petróleo lideradas por países do Terceiro Mundo, e as muitas demandas nacionalistas de ex-colônias européias em relação ao imperialismo em expansão (SCHEFNER; FÉRNANDEZ-KELLY, 2011). A área de GE sofreu forte abalo. Consultores e acadêmicos mantiveram invisíveis essas questões internacionais e argumentaram que as grandes corporações não conseguiam concorrer com os japoneses por causa da racionalidade restritiva e excessivamente hierárquica em que se baseava o modelo de planejamento estratégico (PETERS; WATERMAN, 1982). Analistas de GE, mantiveram invisíveis as dimensões de (geo)política privilegiadas por estrategistas dos EUA desde os primeiros momentos do neoliberalismo (BLOCK, 2011) e manteve de fora certas áreas do conhecimento do processo de pluralização economicista da área.

Este quadro construído pela própria área criou um certo tipo de embaraço para acadêmicos e escolas de negócio tendo em vista a posição de superioridade da disciplina ocupava (STEINER; MINER, 1977, p. 4). Com base na pluralização economicista, a literatura de GE passou a defender uma postura menos centralizadora e menos elitista, privilegiando, a partir de então, adaptação e aprendizagem (MINTZBERG, 1990). O foco no controle interno dos anos 1970 foi então convenientemente adicionado ao foco

no controle do ambiente externo, sob uma perspectiva apolítica da grande corporação que viria a ser questionada por poucos autores na Europa vinculados à área de EOs que mantiveram invisíveis as dimensões geo-epistêmicas que informavam a área e também a face neocolonialista do neoliberalismo (e.g., PETTIGREW, 1987; KNIGHTS e MORGAN, 1991).

Em sintonia com o pluralismo economicista, os modelos centralizadores de “cima para baixo” começaram, então, a ser adicionados de modelos descentralizadores de “baixo para cima”, mais comprometidos com funções e desempenho econômico do que com controle e rigidez hierárquica. Esses processos de ‘inclusão’ – que pareciam para muitos uma “revolução pluralista” – resolveriam o problema crucial sob a perspectiva dos membros da elite: as resistências dos níveis inferiores à elite corporativa em processos de implementação. Curiosamente, a gestão de resistências no resto do mundo continuava sendo uma questão central também para estrategistas e instituições dos EUA e da Europa dedicados à gestão do Terceiro Mundo (ver COOKE, 2004); esse quadro combinado de neocolonialismo, imperialismo e americanismo (MENNELL, 2010) informa o processo geo-epistêmico de construção e institucionalização da área de GE desde os primeiros momentos do neoliberalismo.

A década de 1990 marcou, então, a proliferação de abordagens em GE geradas pelo pluralismo economicista. O avanço da globalização neoliberal e a posição estratégica dos EUA no contexto pós-Guerra Fria como única superpotência (HUNTINGTON, 1999) e hegemonia benevolente (HURRELL, 2005), foram ignorados pela área. Modelos de classificação do conhecimento em GE foram propostos ao longo da década de 1990 – tais como por Mintzberg (1990), Rouleau e Séguin (1995) e Whittington (1993) – enquanto perspectivas e teorizações do resto do mundo que se dedicavam a lidar com as assimetrias e distorções geradas pela globalização e pelo Consenso de Washington eram ignorados. Esse quadro ajuda a explicar por que a área de GE não é capaz de explicar a ascensão das economias emergentes que desafiaram a ordem neoliberal; tampouco é capaz de explicar a crise da ordem neoliberal deflagrada em 2008 e de liderar o âmbito de ECS.

Autores europeus vinculados à área de EOs não tardaram muito a ressaltar em periódicos europeus que o pluralismo de GE representava um avanço não em direção à “verdade”, mas sim um quadro de disputas disfuncionais marcadas por processos de exclusão e marginalização (SCHERER, 1998), sem que o resto do mundo fosse mencionado. O debate era protagonizado por dois grandes grupos. Em um dos lados, o da maioria, ficou o grupo dos “modernistas” focados em “conteúdo”. Esse grupo, formado por autores que defendem a ortodoxia econômica e as propostas de formalização e prescrição em GE (ANSOFF, 1965; CHANDLER, 1962; PORTER, 1996), é predominantemente composto por pesquisadores dos EUA. No outro lado, ficou o grupo dos “pós-modernistas” ou de “processo”. Esse grupo, formado por autores que defendiam a promoção de diversas escolas e abordagens epistemológicas (MINTZBERG, 1990; VOLBERDA, 2004), é composto principalmente por autores de fora dos EUA, mas não do “resto do mundo”. Essa dicotomia garantiu a monopolização da autoridade de GE pelo mundo euro-americano.ⁱⁱ No final das contas, as críticas ao economicismo enunciadas na Europa (WHITTINGTON, 2004) ajudaram a restringir a construção de perspectivas de poderes locais no resto do mundo.

O quadro corrente de pluralismo na área, liderado pelos EUA e secundado pela Europa, tem sido de central importância para a área de GE sob uma perspectiva geo-epistêmica por três razões principais: (a) viabilizou a disseminação de conhecimento euro-americano para acadêmicos e praticantes para o resto do mundo; (b) promoveu uma expansão geográfica da área sem precedentes nas últimas décadas que restringiu a

possibilidade de teorizações vindas do resto do mundo; e (c) ajudou a promover a aceitação do argumento neoliberal e universalista de que a área de GE é (geo)politicamente neutra e necessária para qualquer tipo de organização, estrategista ou contexto. Esse conjunto de fatores ajuda a explicar a disseminação dos debates euro-americanos em GE em direção às economias emergentes nos últimos anos (MURPHY; ZHU, 2012). Os debates que protagonizam a literatura acadêmica dos EUA e Europa são os mesmos no Brasil, na Índia, na Venezuela ou na África do Sul; acadêmicos dividem a mesma perspectiva universalista eurocêntrica.

A literatura de GE abraçou a abordagem globalista como teoria única. O monopólio dessa teorização na área de GE ajudou a invisibilizar outras perspectivas sobre globalização. Essa outra teorização descreve a globalização como sinônimo de imperialismo e permaneceu invisível em GE mesmo após os eventos de 11 de setembro de 2001 e a subsequente ascensão da guerra ao terror em 2003 com as invasões do Iraque e do Afeganistão. Autores globalistas afirmaram, logo no início do contexto pós-Guerra Fria, que o capitalismo havia derrotado o regime oponente e o autoritarismo e que empresas transnacionais dos EUA e Europa estavam compelidas a finalmente “gerenciar seus negócios de uma forma mais integrada em termos globais, para alcançar os benefícios da eficiência” (BARTLETT; GHOSHAL, 1989, p. 6-7). Um dos expoentes da teorização globalista (ou hiper-globalista, como classificado por Held e McGrew, 2000) afirmou que gerentes e estrategistas são mais efetivos se pensarem e atuarem mais em termos globais do que em termos locais (OHMAE, 1990). A área negligenciou tanto a crescente interferência das grandes corporações em sociedades e políticas locais como também o fortalecimento de estruturas assimétricas do sistema inter-Estado (ou sistema transnacional) no contexto da globalização neoliberal.

A teorização globalista ajuda não apenas a ofuscar o caráter neoliberal da globalização (SANTOS, 2006; BANERJEE; LINSTAD, 2001; PRASAD, 2003), mas também a estrutura correspondente de geopolítica do conhecimento (MIGNOLO, 2011). Essa teorização promove a erosão do poder dos governos e de sociedades locais na gestão da economia global pelas grandes potências e suas corporações (GILPIN, 2001). Tendo a seu favor essa teorização disseminada em escala global por vários atores e instituições, grandes corporações podem invadir com mais facilidade e legitimidade territórios que eram de responsabilidade do governo ou da sociedade civil. As estratégias sociais se beneficiam dos discursos globalistas que representam sociedade e governos locais como inimigos ou obstáculos (e.g. PORTER; KRAMER, 2011). Por sua vez, ECS e a literatura de GE ajudam a promover estratégias de desenvolvimento que fomentam o alinhamento de conhecimentos, poderes e práticas locais aos discursos e reformas neoliberais.

Esse panorama desafia as economias emergentes em particular. Afinal, quem deve definir o que são problemas sociais? Até que ponto as estratégias sociais nesses contextos estão informadas por processos e mecanismos neoliberais? Esses questionamentos representam uma importante contribuição para a área de GE e para a reteorização do âmbito de ECS.

3. Inclusão neoliberal por meio de estratégias corporativas sociais: o caso Unilever

ECS adentram os domínios da administração pública e da gestão social em diferentes regiões do resto do mundo, desafiando e reforçando os pressupostos economicistas e geo-epistêmicos de GE e promovendo um tipo de revolução corporativa – também chamada de “capitalismo inclusivo” (PARAHALD; HART, 2002). As ECS da Unilever em Araçoiaba, pequeno município de Pernambuco, ilustram esse quadro. As ECS dessa corporação contaram com participação de organizações locais, por meio

de acordos com a prefeitura, Pastoral da Criança, Faculdade de Ciências Humanas de Olinda e Fundação Joaquim Nabuco, mas também mobilizaram o apoio de organizações internacionais poderosas como a Oxfam. Essas estratégias receberam especial destaque na mídia nacional de negócios (MAUTONE, 2006; KIRSCHNER, 2009; ROSA, 2012) e em outras mídias, fortalecendo o interesse por este tipo de estratégia.

O município de Araçoiaba está numa das regiões mais prósperas de Pernambuco. [...] Mas Araçoiaba não se beneficia dessas riquezas. Ela não possui sequer saneamento básico, o comércio local é praticamente inexistente e não há ali qualquer indústria. [...] O município tem um dos mais baixos IDHs do estado [...] Foi quando a multinacional anglo-holandesa [Unilever] deu início a um projeto cujo objetivo direto é melhorar a vida dessas pessoas ao fazer com que, em apenas três anos, o IDH local esteja entre os dez melhores de Pernambuco. [...] Sua meta e sua amplitude fazem com que a Unilever precise interferir simultaneamente – e diretamente – em várias áreas que são, a princípio, responsabilidade do poder público. Ações como essa suscitam questões polêmicas. [...] A justificativa da subsidiária brasileira para o projeto em Pernambuco está relacionada a uma diretriz estratégica mundial adotada no início desta década. Na ocasião, o conselho de administração definiu que a ação da Unilever na sociedade deveria ter importância equivalente a de outros pilares do negócio, como o resultado financeiro, o atendimento ao cliente, a inovação e o relacionamento com fornecedores e funcionários. (MAUTONE, 2006, p. 70-72)

A mídia local de negócios reforçou o processo de inclusão e adicionou seu poder local para transformar tais estratégias em *'best practice'* em nível nacional. Em cooperação com organizações internacionais e o apoio de instituições acadêmicas, as grandes corporações têm disseminado conhecimentos de GE e passam a co-construir práticas e conhecimentos locais de gestão em projetos de desenvolvimento por meio da inclusão excludente, de acordo com a lógica do capitalismo inclusivo. Esses processos *'invisíveis'* ajudam a explicar as ECS da Unilever em Araçoiaba. Por meio de ECS, grandes corporações desafiam e reforçam de um modo particular o economicismo e o quadro de assimetria geo-epistêmica em diversos territórios do resto do mundo. Essas estratégias criam processos de territorialização que ilustram de modo particular o argumento de que “o Sul Global está em todos os lugares, mas também está em algum lugar” (SPARKE, 2007, p. 117). Assim como o Sul global se espalha territorialmente nos países desenvolvidos com as seguidas crises do neoliberalismo, a territorialidade das corporações se restringe cada vez menos ao Norte global.

O Instituto Unilever escolheu sete dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio definidos pela ONU em 2000, e contou com a assessoria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD - Brasil). Para a metodologia foram selecionadas variáveis e indicadores do IDH. [...] Durante o período de duração do projeto, dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estabelecidos pela ONU, sete foram alcançados: a diminuição da mortalidade infantil, a melhoria da desnutrição infantil (reduzida a zero nos dois últimos anos), a melhoria nas condições de educação, da alfabetização de adultos e o acesso à água potável, dentre outros. (KIRSCHNER, 2009, p. 106-107)

Ao co-produzir e disseminar conhecimentos e práticas para promover o desenvolvimento local em diferentes países por meio da disseminação trans-local de tais conhecimentos em escala global, as ECS das grandes corporações constroem e ocupam espaços territoriais e epistêmicos em vários locais (que parecem representar *'local nenhum'*). Contudo, a perspectiva globalista subjacente a essas ECS permaneceu invisível nesse processo de globalização neoliberal. Essas estratégias sociais estão em sintonia com estrategistas de relações internacionais que argumentam que o problema

central para os EUA, especialmente após a ascensão da guerra ao terrorismo, não é a desigualdade causada pela globalização neoliberal e pelo quadro correspondente de assimetria entre vencedores e perdedores, mas sim “as reações de tantas pessoas que se sentem deslocadas, marginalizadas e vítimas de processos que não podem controlar” (MAIER, 2008, p. 72). Esses autores lembram que o princípio de que “boas cercas não produzem bons vizinhos” para ressaltar que o principal desafio estratégico para os EUA passou a ser “a retomada da legitimidade internacional e da pró-atividade para garantir a manutenção da liderança dos EUA nas questões internacionais” (LEFFLER; LEGRO, 2008, p. 273). Esse mesmo discurso de ‘inclusão excludente’ vem sendo invisivelmente mobilizado pela literatura de GE para promover estratégias sociais em economias emergentes (e.g., PORTER; KRAMER, 2011). A gestão integrada da “inclusão”, em consonância com os princípios da guerra ao terrorismo, ajuda a explicar a proliferação de ECS em economias emergentes e outras partes do resto do mundo.

O pluralismo economicista ajudou a reduzir eventuais resistências de organizações locais (especialmente no âmbito acadêmico) a esses processos geoepistêmicos assimétricos. As ECS da Unilever em Araçoiaba, por exemplo, objetivam melhorar “as condições internas de trabalho e [também] o engajamento [dos funcionários da empresa] no desenvolvimento ativo das comunidades locais” (REIMANN et al., 2012, p. 13). Gerentes e funcionários locais são impulsionados a engajar com organizações locais e vice-versa por meio dessas estratégias que transformam a sociedade local em coprodutora de conhecimentos e de práticas que são informadas e legitimadas por conteúdos e lógicas ‘globais’ de GE.

Em muitas ocasiões a Unilever necessitou avançar no seu papel de parceira para estar à frente de iniciativas que cabiam ao poder público local. [...] A aproximação com o poder local por parte da Unilever ocorreu, na maioria das vezes, de cima para baixo, em uma relação de Estado e empresa para a comunidade. Os processos participativos de desenvolvimento local comprovam que quando existe maior horizontalidade neste processo, a sustentabilidade das ações fica mais garantida. Os espaços públicos de decisão deveriam ter sido fortalecidos de forma a que os agentes públicos, gestores e técnicos se comprometessem com as atividades implementadas, não por ser do Projeto Mais Vida, mas por ser de interesse da própria localidade. (ROSA, 2008, p. 73)

Essas estratégias promovem a disseminação dos conhecimentos “locais” coproduzidos para outros cantos do resto do mundo em que a Unilever atua, especialmente para a própria sede, para a construção da identidade com os pressupostos neocolonialistas do conceito de sociedade civil global (VOGEL, 2006). Com o suporte de organizações internacionais de desenvolvimento para viabilizar tais processos de coprodução e disseminação de conhecimento em diferentes locais, organizações de países do resto do mundo são transformados em constituintes da “sociedade civil global” por essas ECS e acabam criando uma identidade social própria e ‘trans-local’ (ROSA, 2012). Por sua vez, instituições e acadêmicos locais se alinham não somente a conhecimentos impostos pelo “colonizador”, mas também a conhecimentos coproduzidos localmente. Esse quadro ajuda a explicar a crescente importância de ECS focadas na inclusão excludente do resto do mundo. Em Araçoiaba, a Unilever passou a agir trans-localmente por meio de uma estratégia social que ‘inclui’ os âmbitos da educação, saúde pública, desenvolvimento e conhecimento.

Se o objetivo do Projeto Mais Vida era melhorar o IDH e a qualidade de vida dos habitantes de Araçoiaba de forma sustentável, o projeto estimulou também o sentimento de cidadania, incentivando a participação dos moradores na discussão e busca de soluções para os problemas desta cidadezinha muito pobre. Com este objetivo, era inevitável que as ações do

projeto abrangessem setores tradicionalmente cobertos pelo poder público, como a educação, a saúde e o meio-ambiente. A Unilever aproximou-se da prefeitura, secretarias municipais, conselhos municipais, igrejas e associações. O poder público, no caso a prefeitura e o governo estadual, foram acionados para que recursos públicos de direito e serviços básicos fossem disponibilizados. Ambos mostraram alguma resistência no início dos trabalhos, mas sua participação foi não só estimulada pela Unilever, como foi também cobrada uma contrapartida das ações que iam sendo realizadas pela população do município, especialmente pelos voluntários formados e envolvidos com o projeto. (KIRSCHNER, 2009, p. 111)

Análises críticas e invisíveis para a área de GE ressaltam que o colonialismo europeu foi substituído por desenvolvimento internacional nos processos de descolonização na Ásia e África. A área de administração ou gestão do desenvolvimento, construída por países tidos como desenvolvidos para a gestão desses processos internacionais (BANERJEE; LINSTEAD, 2001), passou a definir padrões e normas para o direcionamento de decisões, ações e usos dos recursos por organizações e instituições de países em desenvolvimento (COOKE, 2004). Em processos de gestão do desenvolvimento no contexto da globalização neoliberal, organizações internacionais, instituições acadêmicas e grandes corporações promovem trans-localmente os processos de co-produção e a disseminação de conhecimentos de GE. Esses processos ficaram salientes e legítimos após a ascensão da guerra ao terrorismo global e à disseminação dos temores de que economias emergentes podem ameaçar a ordem ocidental. Isso ajuda a explicar por que Índia e Brasil são referências no desenvolvimento de estratégias sociais orientadas que transformam pobres em consumidores e desempregados em empreendedores (PRAHALAD, 2002; PRAHALAD; LIEBERTHAL, 1998; REIMANN et al., 2012).

Ainda que a interferência das grandes empresas na sociedade não seja uma novidade (e.g., ANDREWS, 1973; STEINER; MINER, 1977), a capacidade de ocupar territórios em escala global ou trans-local que eram ocupados pelo Estado e por organizações da sociedade civil representam uma importante mudança. Até o início dos anos 1990 a interferência legítima de corporações em questões sociais era restrita principalmente aos territórios das matrizes, ou seja, no 'Norte global'ⁱⁱⁱ (SLATER, 1997; WHITEHOUSE, 2003) devido às muitas resistências ao poder (geo)político das grandes corporações no Terceiro Mundo e mesmo na Europa. A ascensão de mecanismos neocolonialistas da globalização neoliberal ajudaram as grandes corporações a ocupar novos territórios em condições de assimetria não apenas em termos econômicos e políticos, mas também epistêmicos. Por meio da área de GE, as resistências acadêmicas e as alternativas mobilizadas por organizações no resto do mundo foram suprimidas ou incluídas assimetricamente por meio de diferentes mecanismos de neocolonialismo.

Há limitações à compreensão da relevância de grandes corporações e organizações internacionais nos processos neoliberais de inclusão excludente que tanto desafiam quanto reforçam a teorização dominante de globalização e os mecanismos geo-epistêmicos que informam a construção e institucionalização de ECS, assim como da própria área de GE. Essas análises são problemáticas por serem informadas pela estrutura das ciências sociais estabelecidas pelo eurocentrismo no século XIX (WALLERSTEIN, 2001). No contexto da globalização neoliberal, países do resto do mundo passaram a ser desenvolvidos não mais por governos, mas especialmente por corporações que são capazes de mobilizar processos e mecanismos trans-locais de inclusão assimétrica.

Considerações finais

Este artigo analisou a área de GE para compreender a crescente importância das ECS em economias emergentes e em outras partes do resto do mundo. Este artigo mostrou que o economicismo e dimensões geo-epistêmicas e de geopolítica ficaram invisíveis na área de GE desde os seus primeiros momentos de construção e legitimação no contexto da Guerra Fria. Esses mecanismos e os quadros de invisibilidade ajudam a explicar a ausência de teorização em ECS na área de GE sob uma perspectiva do resto do mundo que desafie os diferentes mecanismos de dominação da globalização neoliberal.

Tendo a seu favor essa teorização disseminada em escala global por vários atores e instituições, grandes corporações e governos nacionais podem “invadir” com mais facilidade e legitimidade territórios que eram de responsabilidade do governo ou da sociedade civil em países menos desenvolvidos e economias emergentes. As ECS se beneficiam dos e reforçam os discursos globalistas que representam sociedade e governos locais como problemas ou inimigos eternamente vinculados ao atraso (e.g., PORTER; KRAMER, 2011). Por sua vez, ECS e a literatura de GE ajudam a promover estratégias de desenvolvimento que fomentam o alinhamento de conhecimentos, poderes e práticas locais aos discursos e reformas neoliberais.

A análise realizada mostrou que o avanço da globalização neoliberal permitiu que grandes corporações passassem a usar e a construir poderes nos mais diversos territórios do resto do mundo. Com apoio de governos nacionais, organizações internacionais e da própria academia de gestão, grandes corporações promovem também a inclusão excludente do resto do mundo e exercem poder por meio de dinâmicas invisíveis pela literatura dominante em GE. Em paralelo à invasão de territórios que eram do Estado ou organizações da sociedade civil no resto do mundo, grandes corporações passaram também a co-construir conhecimento local por meio de estratégias sociais que promovem a inclusão excludente de diferentes tipos de poder e conhecimento por meio da ideia de capitalismo inclusivo. Economias emergentes tornaram-se alvo prioritário nesses processos de ‘inclusão’ e trans-localização ao serem classificadas não apenas como grandes mercados, mas também como fontes de ameaça para a sociedade global e ordem ocidental. Ao ajudar a promover a erosão do poder dos governos e de sociedades locais, esta teoria estabelece uma governança de geopolítica de conhecimento dominada por grandes potências e grandes corporações.

A literatura de estudos internacionais aponta que o avanço assimétrico da globalização neoliberal demandou a construção de poderes econômicos, políticos e epistêmicos em diversos territórios do resto do mundo, e não apenas a ocupação de espaços que eram tidos como atribuição do Estado. A área de GE conta com a cumplicidade de organizações acadêmicas para o reforço de uma ordem imperial, com o apoio da perspectiva globalista, que vem sendo ampliada pelo extraordinário avanço das ECS. O pluralismo economicista deve ser contraposto por meio de uma perspectiva de pluralidade que torne visível as dimensões que restringem o desenvolvimento pleno da área. A análise do caso serviu para mostrar que a re teorização do âmbito das ECS não deve ser mobilizado somente pela academia e por acadêmicos. Outros constituintes de poderes locais, em diferentes níveis de territorialidade, devem promover os debates e os desenvolvimentos acerca deste tipo de estratégia e também acerca das dificuldades geo-epistêmicas enfrentadas pela área de GE para representar as economias emergentes e outras partes do resto do mundo.

A análise das estratégias sociais da Unilever em Araçoiaba ilustrou a necessidade de re teorização do âmbito de ECS no Brasil. Os autores defendem a re teorização deste âmbito no país por meio de uma ‘outra’ perspectiva geo-epistêmica

de poderes locais que reconhece que estratégias sociais promovem a inclusão de poderes locais por meio de mecanismos de neocolonialismo do “capitalismo inclusivo” e também os mecanismos geo-epistêmicos que restringem a necessária democratização da área. A perspectiva desenvolvida neste artigo mostrou também que o monopólio da perspectiva globalista em GE restringe a compreensão dos impactos das grandes corporações nos diversos contextos de poder local, facilitando a reprodução e expansão de assimetrias que são problemáticas não mais apenas para o resto do mundo, mas também para o próprio Ocidente. A re teorização do âmbito das ECS representa uma oportunidade importante para a área de GE.

A criação de mecanismos de interlocução entre a academia e outros constituintes da sociedade, deve ser fomentado não apenas nas (e para) economias emergentes e outras partes do resto do mundo; deve incluir (não de forma excludente) a participação de poderes locais dos EUA e da Europa, particularmente em conjunto com as localidades que enfrentam crescentes dificuldades com as seguidas crises da globalização neoliberal, como uma forma de engajamento trans-local.

Referências

- ANDREWS, K. Corporate strategy and social needs. *McKinsey Quarterly*, v. 9, p. 2-16, 1973.
- ANSOFF, H. *Corporate strategy*. New York: McGraw-Hill, 1965.
- AULAKH, P.; KOTABE, M. Institutional changes and organizational transformation in developing economies. *Journal of International Management*, v.14, n.3, p. 209-216, 2008.
- BANERJEE, B. Corporate Social Responsibility: The Good, the Bad and the Ugly. *Critical Sociology*, v. 34, n. 1, p. 51-79, 2008.
- BANERJEE, B.; LINSTAD, S. Globalization, multiculturalism and other fictions: colonialism for new millennium? *Organization*, v. 8, n. 4, p. 683-722, 2001.
- BARLEY, S. Corporations, democracy and the public good. *Journal of Management Inquiry*, v. 16, n. 3, p. 201-215, 2007.
- BARRY, D.; ELMES, S. Strategy retold: toward a narrative view of strategic discourse. *Academy of Management Review*, v. 22, p. 429-452, 1997.
- BARTLETT, G.; GHOSHAL, S. *Managing across borders*. London: Century, 1989.
- BENNIS, W.; O'TOOLE, J. Como a escola de administração perdeu o rumo. *Harvard Business Review Brasil*, v.83, n.5, p. 62-70, 2005.
- BLOCK, F. Breaking with market fundamentalism. In: SHEPNER, J.; FÉRNANDEZ-KELLY, P. (eds). *Globalization and Beyond*. University Park, PA: Penn State Press, 2011.
- BUCKLEY, P.J.; CASSON, M. Economics as an imperialist social science. *Human Relations*, v. 46, n. 9, p. 1035-1052, 1993.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. *Sociological paradigms and organizational analysis: elements of sociology of corporate life*. London: Heinemann, 1979.
- CALÁS, M.; SMIRCICH, L. Past postmodernism? Reflections and Tentative Directions. *Academy of Management Review*, v. 24, n. 4, p. 649-671, 1999.
- CARTER, C.; CLEGG, S.; KORNBERGER, M. Strategy as practice? *Strategic Organization*, v. 6, n. 1, p. 83-99, 2008.
- CHANDLER, A. *Strategy and structure*. Cambridge: MIT Press, 1962.
- CHANDLER, A. *The visible hand*. Cambridge, Mass. and London: The Belknap Press, 1977.
- CLARK, T. Strategy viewed from a management fashion perspective. *European Management Review*, v. 1, n. 1, p. 105-111, 2004.

- CLEGG, S.; CARTER, C.; KORNBERGER, M.; SCHWEITZER, J. *Strategy: Theory and Practice*. London, California: Sage, 2011
- COOKE, B. O gerenciamento do (Terceiro) Mundo. *Revista de Administração de Empresas*, v. 44, n. 3, p. 62-75, 2004.
- COOKE, B.; KOTHARI, U. (Eds) *Participation: The new tyranny?* London: Zed Books, 2001.
- CORONIL, F. Can Postcoloniality Be Decolonized? Imperial Banality and Postcolonial Power. *Public Culture*, v. 5, n. 1, p. 99-100, 1992.
- COSTA, A.; WOOD, T., Jr. Fraudes corporativas. *Revista de Administração de Empresas*, v.52, n.4, p. 464-472, 2012.
- DEETZ, S. Describing differences in approaches to organization science: rethinking Burrell and Morgan and their legacy. *Organization Science*, v. 7, n. 2, p. 191-207, 1996.
- DINIZ, E. Globalização, reforma do Estado e teoria democrática contemporânea. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 13-22, 2001.
- ELSHTAIN, J. *Just War Against Terror*. London: Basic Books, 2003.
- FARIA, A.; SAUERBRONN, F. A Responsabilidade Social é uma Questão de Estratégia?: Uma Abordagem Crítica. *Revista de Administração Pública*, v. 41, n.6, p. 1-13, 2008.
- FISCHER, T. Poder local: uma tese em análise. *Revista de Administração Pública*, v. 26, n. 4, p. 105-113, 1992.
- FLEURY, S. et al. Municipalização da saúde e poder local no Brasil. In: ENANPAD, 21, 1997, Rio das Pedras. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad, 1997.
- FREY, K. Governança Urbana e Participação Pública. *RAC Eletrônica*, v.1, p. 136-150, 2007.
- FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.
- GHOSHAL, S. Bad management theories are destroying good management practices. *Academy of Management Learning and Education*, v. 4, n. 1, p. 75-91, 2005.
- GILPIN, R. *Global political economy*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- GRANDY, G.; MILLS, A. Strategy as simulacra? A radical reflexive look at the discipline and practice of strategy. *Journal of Management Studies*, v.41, p. 1153-1170, 2004.
- HAMBRICK, D. The disintegration of strategic management: it's time to consolidate our gains. *Strategic Organization*, v.2, n.1, p. 91-98, 2004.
- HARVEY, D. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University, 2007.
- HARVEY, D. *The Enigma of Capital and the Crises of Capitalism*. London: Profile, 2010.
- HELD, D.; MCGREW, A. (eds.). *The Global Transformations Reader*. Polity Press, 2000.
- HUNTINGTON, S. The Lonely Superpower. *Foreign Affairs*, v. 78, n. 2, p. 35-49, 1999.
- HURRELL, A. Legitimacy and the use of the force: can the circle be squared? *Review of International Studies*, 31, 15-32, 2005.
- IBARRA-COLADO, E. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. *Organization*, v. 13, n. 4, p. 489-508, 2006.
- JACK, G.; ZHU, Y.; BARNEY, J.; BRANNEN, M.; PRICHARD, C.; SINGH, K.; WHETTEN, D. Refining, reinforcing and reimagining universal and indigenous

- theory development in international management. *Journal of Management Inquiry*, v.21, n.4, 2012.
- JONES, C.; MUNRO, R. Organization theory, 1980-2005. *Sociological Review*, v.53, edição especial, p. 1-15, 2005.
- KIRSCHNER, A. Considerações sobre a responsabilidade social das empresas em contextos de desigualdade e exclusão. *Política e Sociedade*, v.8, n. 15, p. 99-116, 2009.
- KNIGHTS, D.; MORGAN, G. Strategic discourse and subjectivity: towards a critical analysis of corporate strategy in organizations. *Organization Studies*, v.12, n.2, p. 251-273, 1991.
- KOTHARI, U. Authority and Expertise: The Professionalisation of International Development and the Ordering of Dissent. *Antipode*, v. 7, n. 3, p. 425-446, 2005.
- LEFFLER, M.; LEGRO, J. (Eds). *To Lead the World*. Oxford, 2008.
- LEVY, D.; ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. Critical approaches to strategic management. In: ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. (Eds.). *Studying management critically*. London: Sage, 2003.
- LOCKE, R.R. Reassessing the basis of economics: From Adam Smith to Carl von Clausewitz. *Real-World Economics Review*, v. 61, p. 100-114, 2012.
- LOOMBA, A. *Colonialism/Postcolonialism*. London: Routledge, 2005.
- MAIER, C. Beyond statecraft. In: LEFFLER, M.; LEGRO, J. (Eds.). *To Lead the World*. Oxford, 2008.
- MARTINS, P. La crítica anti-utilitarista en el Norte y su importancia para el avance del pensamiento poscolonial en las sociedades del Sur. *Política & Sociedade*, v. 10, n. 18, p. 111-131, 2011.
- MAUTONE, S. Por que a Unilever quer salvar esta cidade. *Exame*, v.40, n.13, p.70-72, 2006.
- MENNELL, S. Globalization and Americanization. In: TURNER, B. (ed.) *The Routledge International Handbook of Globalization Studies*. London: Routledge, 2010.
- MIGNOLO, W. La colonialidad a lo largo y a lo ancho: El hemisfério occidental em El horizonte colonial de La modernidad. In: LANDER, E. (Org.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociales*. Caracas: Ediciones CICCUS, 2000.
- MIGNOLO, W. *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. London: Duke University Press, 2011.
- MINTZBERG, H. Strategy formation: schools of thought. In: FREDRICKSON, J. (Ed.). *Perspective on strategic management*. New York: Harper and Row, 1990.
- MISOCZKY, M. World visions in dispute in contemporary Latin America. *Organization*, v. 18, p. 345-363, 2011.
- MORGAN, G.; SMIRCICH, L. The case for qualitative research. *Academy of Management Review*, v. 5, p. 491-500, 1980.
- MURPHY, J.; ZHU, J. Neo-colonialism in the academy? Anglo-American domination in management journals. *Organization*, v. 19, n. 6, p. 915-927, 2012.
- O'CONNOR, J. The meaning of economic imperialism. In: LITTLE, R.; SMITH, M. (eds) *Perspectives on World Politics*. London: Routledge, 1991.
- OHMAE, K. *The Borderless World*. London: Harper Collins, 1990.
- PARMAR, I. *Foundations of the American Century: The Ford, Carnegie, & Rockefeller Foundations in the Rise of American Power*. New York: Columbia University Press, 2012.
- PERROW, C. *Organizing America: Wealth, Power, and the Origins of Corporate Capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

- PETERS, T.; WATERMAN, R. *In search of excellence*. New York: Harper & Row, 1982.
- PETTIGREW, A. Context and Action in the Transformation of the Firm. *Journal of Management Studies*, v.24, n.6, p. 649-670, 1987.
- PETTIGREW, A.; THOMAS, H.; WITTINGTON, R. Strategic management: the strengths and limitations of the field. In: PETTIGREW, A.; THOMAS, H.; WITTINGTON, R. (Orgs.). *Handbook of Strategy and Management*. London: Sage, 2002.
- PFEFFER, J. Barriers to the advance of organizational science: Paradigm development as a dependent variable. *Academy of Management Review*, v. 18, n.4, p. 599-620, 1993.
- PORTER, M. What is strategy? *Harvard Business Review*, v. 74, n. 6, p. 61-78, 1996.
- PORTER, M.; KRAMER, M. The competitive advantage of corporate philanthropy. *Harvard Business Review*, v. 80, n. 12, p. 56-68, 2002.
- PORTER, M.; KRAMER, M. Strategy and society. *Harvard Business Review*, v. 84, n. 12, p. 78-92, 2011.
- PRAHALAD, C. Strategies for the bottom of the economic pyramid: India as a source of innovation. *Reflections*, v.3, n.4, p. 6-17, 2002.
- PRAHALAD, C.; HART, S. *The Fortune at the Bottom of the Pyramid*, 2002.
- PRAHALAD, C.; LIEBERTHAL, K. The end of corporate imperialism. *Harvard Business Review*, v. 78, n. 4, p. 69-79, 1998.
- PRAKASH, G. Subaltern studies as postcolonial criticism. *American Historical Review*, v. 99, p. 1475-90, 1994.
- PRASAD, A. (ed.). *Postcolonial theory and organizational analysis*. NY: Palgrave, 2003.
- REIMANN, F.; EHRGOTT, M.; KAUFMANN, L.; CARTER, C. Local stakeholders and local legitimacy: MNE's social strategies in emerging economies. *Journal of International Management*, v.18, n.1, p. 1-17, 2012.
- RODRIK, D. Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion? *Journal of Economic Literature*, v. 44, p. 973-87, 2006.
- ROSA, S.L. Los retos del desarrollo humano en el territorio: experiencias en Brasil y Colombia. *Equidad & Desarrollo*, n. 17, p. 9-30, 2012.
- ROSA, S.L. Relatório final do Projeto Mais Vida - PNUD-UNILEVER, 2008. Disponível em: <<http://erc.undp.org/evaluationadmin/downloaddocument.html?docid=3828>>. Acessado em 29 jun. 2012.
- ROULEAU, L.; SÉGUIN, F. Strategy and organization theories: common forms of discourse. *Journal of Management Studies*, v.32, n.1, p. 101-117, 1995.
- SANTOS, B.S. Globalizations. *Theory, Culture & Society*, v.23, n.2-3, p.393-399, 2006.
- SCHERER, A. Pluralism and incommensurability in Strategic Management and Organization Theory: a problem in search of a solution. *Organization*, v.5, n.2, p. 147-168, 1998.
- SCHERER, A.; PALAZZO, G. The New Political Role of Business in a Globalized World: A Review of a New Perspective on CSR and its Implications for the Firm, Governance, and Democracy. *Journal of Management Studies*, v.48, n. 4, p. 899-930, 2011.
- SCHWARZ, H.; RAY, S. (eds) *A Companion to Postcolonial Studies*. Oxford: Blackwell, 2005.
- SHEFFI, Y. Supply Chain Management Under the Threat of International Terrorism. *International Journal of Logistics Management*, v. 1, n. 2, p. 1-11, 2001.

- SHEFNER, J.; FÉRNANDEZ-KELLY, P. From crisis to opportunity: Globalization's beyond. In: SHEFNER, J.; FÉRNANDEZ-KELLY, P. (Eds.). *Globalization and Beyond*. University Park, PA: Penn State Press, 2011.
- SINGER, A. Business strategy and poverty alleviation. *Journal of Business Ethics*, v. 66, n. 2/3, p. 225-231, 2006.
- SLATER, D. Geopolitical imaginations across the North-South divide: issue of difference, development and power. *Political Geography*, v. 16, n. 8, p. 631-653, 1997.
- SLEMON, S. Unsettling the Empire: Resistance theory for the second world. *World Literature Written in English*, v.30, n.2, p. 30-41, 1990.
- SPARKE, M. Everywhere But Always Somewhere: Critical Geographies of the Global South. *The Global South*, v. 1, n.1/2, p. 117-126, 2007.
- SPECTOR, B. Business Responsibilities in a Divided World: The Cold War Roots of the Corporate Social Responsibility Movement. *Enterprise & Society*, v. 9, n. 2, 2008.
- SPIVAK, G. 'Can the subaltern speak?' In C. Nelson e L. Grossberg (Eds.) *Marxism and the Interpretation of Culture*. London: Macmillan, p. 271-313, 1988.
- STEINER, G.; MINER, J. *Política e Estratégia Administrativa*. São Paulo: Interciência, 1977.
- STIGLITZ, J. *Freefall: Free Market and the Sinking of the Global Economy*. Harmsworth: Penguin, 2010.
- VAARA, E.; DURAND, R. How to connect strategy research with broader issues that matter? *Strategic Organization*, v.10, n.3, p. 248-255, 2012.
- VAN AGTMAEL, A. *The emerging markets century*. New York: Free Press, 2007.
- VOLBERDA, H. Crisis in strategy: fragmentation, integration or synthesis. *European Management Review*, v. 1, n. 1, p. 35-42, 2004.
- WALLERSTEIN, I. *Unthinking Social Science: The Limits of Nineteenth-Century Paradigms*. Philadelphia: Temple University Press, 2001.
- WALSH, C. "Other Knowledges, "Other" Critiques: Reflections on the Politics and Practices of Philosophy and Decoloniality on the "Other" America. *Transmodernity*, v. 1, n. 3, 2012.
- WANDERLEY, S.; FARIA, A. The Chandler-Furtado case: A de-colonial re-framing of a North/South (dis)encounter. *Management & Organizational History*, v.7, n.3, p.219-236, 2012.
- WHITEHOUSE, L. Corporate social responsibility, corporate citizenship and the global compact: a new approach to regulating corporate social power? *Global Social Policy*, v.3, n.3, p.299-318, 2003.
- WHITTINGTON, R. *What is strategy, and does it matters?* London: Routledge, 1993.
- WHITTINGTON, R. Estratégia Após o Modernismo: Recuperando a Prática. *Revista de Administração de Empresas*, v. 44, n. 4, p. 44-53, 2004.
- WHITTINGTON, R. et al. Taking Strategy Seriously. *Journal of Management Inquiry*, v. 12, n. 4, p. 396-409, 2003.
- VOGEL, A. Who's making global civil society: philanthropy and US empire in world society. *British Journal of Sociology*, v. 57, n. 4, p. 635-655, 2006.
- YOUNG, R. *Postcolonialism: An Historical Introduction*. Oxford: Blackwell, 2001.

ⁱ Esses autores argumentam que a globalização não é um fenômeno exclusivamente econômico. Eles defendem uma perspectiva multidimensional que leva em conta as diversas redes de poder nos domínios econômico, político, cultural e tecnológico, e questionam a idéia de que tais domínios possam ser abordados sob uma perspectiva universalista.

ⁱⁱ Autores influentes nos EUA e Europa reforçaram esse quadro quando argumentaram, em meados dos anos 1990, que não se sabe mais ao certo o que é estratégia (PORTER, 1996; WHITTINGTON, 1993), e

mantiveram invisíveis as dimensões de (geo)política e (neo)colonialismo privilegiadas por diferentes tipos de estrategistas no contexto da globalização neoliberal (LEFFLER; LEGRO, 2008; BARLEY, 2007).

ⁱⁱⁱ O surgimento da responsabilidade social corporativa está relacionado à distinção jurídica entre propriedade e controle que se estabeleceu nos EUA nos anos 1930 (WHITEHOUSE, 2003). Essa diferenciação legal proporcionou maior autonomia no processo de tomada de decisões dos gerentes; acionistas não eram mais os únicos destinatários de lucros ou investimentos. O reconhecimento dos interesses de outros atores permitia ações corporativas engajadas com problemas sociais. Dessa forma, expandiram o seu poder de influência no âmbito público. Com a internacionalização das empresas dos EUA, a responsabilidade social das corporações, segundo a literatura produzida nos EUA, se concentrou em “contribuir com a industrialização de nações subdesenvolvidas em substituição à exploração irresponsável” (ANDREWS, 1973, p. 142).